

# Febraban analisa a economia

8 NOV 1984

**São Paulo** — O Governo não deve buscar como meta uma expansão de 95% dos meios de pagamento — limite fixado na carta de intenção firmada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — segundo opinião de banqueiros reunidos, ontem, em São Paulo. Para eles, os 95% devem ser encarados como um parâmetro, que pode ser abandonado, para evitar um eventual "estouro no caixa do Governo", no final do ano, revelou um banqueiro presente à reunião da diretoria da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban).

Na reunião de diretoria da Febraban foram analisados vários pontos da economia brasileira, entre eles os meios de pagamento, cuja meta de expansão, segundo os banqueiros, não tem condições de ser cumprida, porque o Governo terá que rolar seu déficit interno, aumentando suas necessidades. De acordo com um dos banqueiros presentes ao encontro, "o parâme-

tro de 95% não é rígido. É um parâmetro, não uma meta. Se não houver condições, podemos ser flexíveis e ultrapassá-lo".

## Preocupação

Os banqueiros discutiram, também, a reativação da economia, observando que o comércio e a indústria já estão sentindo sinais de reaquecimento, o que possibilitará também uma elevação na arrecadação dos impostos. Mas, ainda assim, segundo eles, as necessidades de caixa do Governo são elevadas.

Após a reunião, um dos partícipes disse que "os bancos já estão muito sacrificados e têm pouco a oferecer. Até a rentabilidade será afetada neste final de ano. Não se trata de quebra de bancos, mas de uma queda de rentabilidade. Em suma: o setor já foi muito sacrificado e está na hora de se buscar outros meios".

Foram analisadas também as estimativas do Governo de uma

inflação de 7,5% e 8% para os dois últimos meses do ano, considerando que isso está retirando o ganho dos aplicadores em títulos públicos. "O prejuízo será grande, se ficarmos com inflação de 7,5% a 8%. Os papéis não se pagarão e as instituições bancárias e empresas que aplicaram em títulos do Governo perderão dinheiro", afirmou um banqueiro ligado a um banco internacional.

O déficit público também ocupou parte da reunião. Os banqueiros consideram que o déficit de Cr\$ 71 trilhões "compromete todo o esforço de se estabilizar a economia interna, pois os investimentos e o custeio são recursos mínimos. A maior parte é para pagar ou rolar dívidas de órgão e empresas estatais", afirmou outro banqueiro à saída da reunião. Uma das sugestões, é que os banqueiros mantenham um encontro com autoridades monetárias para discutir o déficit público e a expansão dos meios de pagamento.